

Brasília O Presidente Figueiredo assinou no último dia 14 um decreto dando nova redação ao parágrafo terceiro, do artigo segundo do decreto número 84.560, que exigia a divulgação de qualquer alteração procedida pelo IBGE no cálculo do INPC "como uma antecedência mínima de 30 dias". Pela nova redação, quaisquer alterações 'entrarão em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União'. Com este decreto, o expurgo já pode ser feito em junho, atingindo os reajustes salariais de agosto.

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila, confirmou ontem a alteração e explicou que, embora tenha sido assinado há uma semana, a divulgação do decreto e a consequente publicação no Diário Oficial foi sustada, já que "o Governo, por uma questão de estratégia, preferiu o anúncio simultâneo do expurgo envolvendo tanto os salários quanto a correção monetária". A nova redação também foi assinada pelo Ministro do Planejamento, Delfim Neto.

Na exposição de motivos do Ministro do Planejamento, que acompanha o decreto, está explicada a razão do novo decreto: "Sem prejuízo da orientação de explicitar mais claramente as alterações metodológicas introduzidas no índice, considero, todavia, dispensável a obediência de prazos rígidos para a vigência dessas modificações". O decreto número 84.560 (de 14 de março de 1980) regulamentou a Lei 6.708 de outubro de 1979, que instituiu o sistema de correção semestral de salários com base no INPC.

— Mesmo antes de tomar conhecimento oficial da assinatura do decreto, a presidente do PTB (partido que dá apoio ao Governo no Congresso, através de acordo), Ivete Vargas, foi taxativa: "Não aceito o expurgo". A declaração foi feita à saída de um encontro com o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, com quem a Deputada foi tratar de assuntos sindicais. Acrescentou:

— O DIEESE aceita o expurgo total, mas nós, do PTB, somos mais realistas: expurgo em último lugar e só com salário mínimo real.

Ivete cita como exemplo a proposta do DIEESE de desindexar a economia de "cima para baixo, deixando por último os salários". No seu entender "a efetivação do salário mínimo real significaria hoje algo em torno de Cr\$ 104 mil, segundo cálculos do DIEESE".

Dois assessores do Secretário Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), Milton Dallari, garantiram que a definição sobre o alcance do expurgo sai em 10 dias. No momento, disse um colaborador direto do Ministro Delfim Neto, a tendência é de expurgar os índices de preços tanto no INPC quanto na inflação medida pela Fundação Getúlio Vargas.

As dúvidas que ainda persistem são: se o expurgo virá apenas sobre os aumentos decorrentes das fortes chuvas que caíram no Centro-Sul, afetando a produção e a oferta de hortigranjeiros, ou se engloba também as elevações de preços decorrentes da retirada dos subsídios ao consumo (combustíveis e trigo), em função do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A alteração da metodologia de cálculo do INPC, que o Governo fez através de decreto, pode ser a última. Ontem, em primeira discussão, a Câmara dos Deputados aprovou a transformação em lei de projeto apresentado pelo Deputado Djalma Bessa (PDS-BA), substitutivo a outro de autoria do Deputado Eduardo Suplicy (PT-SP), estabelecendo que a mudança no método de cálculo passe a ser feita através de uma outra lei.

De acordo com sua exposição de motivos o Ministro Delfim, "afirma-se conveniente que os aperfeiçoamentos que vierem a ser efetuados pelo IBGE deverão entrar em vigor na data de sua publicação, abreviando, dessa forma, a sua implementação". Na opinião do Ministro, dessa maneira continuaria sendo atendida integralmente a exigência da Lei 6.708, de determinar ao "Poder Executivo a colocação à disposição da Justiça do Trabalho e das entidades sindicais os elementos básicos utilizados para a fixação do INPC".

No mês passado, o Presidente Figueiredo assinou outro decreto que não chegou a ser publicado no Diário Oficial, embora seu texto tivesse sido distribuído aos jornalistas credenciados, no Palácio do Planalto. O Presidente da República havia assinado o decreto no dia 11 de maio reconduzindo o engenheiro Orfilo Lima dos Santos ao cargo de diretor de produção da Petrobrás, de acordo com a indicação do Ministro das Minas e Energia, César-Cals.

Antes da publicação do decreto, surgiu um complicador político. O candidato da preferência do presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, era o engenheiro Helió Falcão. Ueki ameaçou demitir-se da Petrobrás e articulou uma mudança na nomeação através de contatos com o Chefe do SNI, General Octávio Medeiros. Ueki voltou atrás na sua demissão e o decreto não foi publicado. O nome indicado para a diretoria de produção acabou sendo um terceiro: o de Joel Mendes Rennó.

O líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan, vai hoje ao Ministro Delcídio do Nascimento saber como o Governo pretende fazer o expurgo dos índices de preços sobre o INPC, a correção monetária e a inflação. O PDS e seu parceiro político, o PTB, querem uma definição objetiva do Governo de que o expurgo não atingirá somente os salários. Pela divulgação das informações dos técnicos do setor econômico, a decisão política de promover o expurgo em todos os índices da economia será anunciada até o final do mês.

nova redação ao § 3º do art. 2º do
 Decreto nº 84.560, de 14 de março de 1980,
 que regulamentou a Lei nº 6.708, de 30
 de outubro de 1979

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

Art. 12. O § 3º do art. 2º do Decreto nº 84.560, de 14 de março de 1980, que regulamentou a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Act. 29
§ 19
§ 29

5 37 Qualquer alteração que a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vier a proceder nas metodologias e nos pesos mencionados no parágrafo anterior entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de junho de 1983; 1622 da Independência e 959 da República.

*Decreto assinado dia 14 por Figueiredo e Delfim complementa
exposição de motivos do Ministro do Planejamento*

E.M. n° 127/83

Em 14 de junho de 1983

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência projeto de Decreto dando nova redação ao § 3º do artigo 2º do Decreto nº 84.560, de 14 de março de 1980, que regulamentou a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, a qual dispõe sobre a correção automática dos salários e modifica a política salarial.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência o artigo 2º do Decreto 84.560, de 14.03.80, trata do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, atribuindo, no seu parágrafo 1º, à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a responsabilidade pela seleção e coleta dos dados, bem como pelos cálculos necessários à elaboração desse índice.

3. Prevê também o artigo 2º, parágrafo 2º, que o IBGE fará publicar, no prazo de 30 dias da vigência do referido Decreto, as metodologias de cálculo dos índices e de obtenção dos dados.